



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
Comissão de Assuntos Econômicos



## PARECER

### **PROJETO DE LEI Nº 332/2019**

**PROPONENTE:** Deputada JOANA DARC

**RELATORA:** Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO

“Dispõe acerca da disponibilidade dos apetrechos ou equipamentos, bem como os produtos e instrumentos perecíveis e não perecíveis da fauna, da flora e dos recursos pesqueiros apreendidos pela fiscalização ambiental.”

### **I. RELATÓRIO**

A Deputada Joana Darc, no uso de suas atribuições parlamentares, apresentou o PROJETO DE LEI Nº. 332/2019, que dispõe acerca da disponibilidade dos apetrechos ou equipamentos, bem como os produtos e instrumentos perecíveis e não perecíveis da fauna, da flora e dos recursos pesqueiros apreendidos pela fiscalização ambiental.

O objetivo da referida iniciativa é garantir aos órgãos fiscalizadores ambientais que possam utilizar-se dos bens apreendidos, desde que haja comprovação do interesse.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 04, 05 e 06 de junho de 2019, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Logo após, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, em 21 de agosto de 2019, chegando ao meu Gabinete para relatoria em 23 de agosto, para emissão de



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
Comissão de Assuntos Econômicos



Parecer acerca da matéria, nos termos do art. 26, inciso II<sup>1</sup>, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o Relatório.

Passo a opinar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos observar as despesas, receitas, orçamento e crédito do Estado do Amazonas, conforme observado o disposto no artigo 27, inciso II<sup>2</sup>, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo Projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual.

O Projeto de Lei apresentado pela Nobre Deputada não incumbe despesas ao Governo do Estado, tampouco onera o serviço público já existente.

<sup>1</sup> “Art. 26. A competência das Comissões abrange de forma ampla assuntos correlatos às áreas temáticas listadas no art. 27 deste Regimento, compreendendo os seguintes procedimentos incidentes sobre as respectivas atribuições:

II - emissão de parecer, discutir e votar proposições;”

<sup>2</sup> “Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

II - Comissão de Assuntos Econômicos – CAE,

a) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa;  
b) análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;  
c) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;  
d) acompanhamento trimestral da execução orçamentária, analisando o perfil dos dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada área da gestão pública;  
e) contas do Governador do Estado, dos Poderes e órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta e de todos aqueles que gerenciem bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude;  
f) defesa dos direitos do contribuinte.”



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Assuntos Econômicos**



Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

### III. VOTO

Em face do exposto, diante da relevância do tema, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 332/2019.

**S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 28 de agosto de 2019.

  
**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
RELATORA

DEPUTADA ESTADUAL – MDB  
1ª VICE-PRESIDENTE



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**CERTIDÃO DE VOTAÇÃO**

PROJETO DE LEI N. 332/2019

AUTOR (A): DEPUTADO (A) Joane Darc

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM RESOLVE, por ☒ unanimidade [ ] maioria de votos, resolve ☒ APROVAR [ ] REJEITAR o parecer apresentado pelo Relator, às fls. Retro, culminando no ☒ PROSSEGUIMENTO [ ] ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Na hipótese de parecer rejeitado, fica desde já designador como novo relator, nos termos do art. 43, V do Regimento Interno da ALEAM, o (a) Deputado (a) \_\_\_\_\_

Manaus – AM, 17/09/2019

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE  
DEPUTADO RICARDO NICOLAU – PSD

\_\_\_\_\_  
Deputado SAULLO VIANNA – PPS  
Vice-Presidente

\_\_\_\_\_  
Wilker Barreto - PHS  
Membro

\_\_\_\_\_  
Deputado Serafim Corrêa – PSB  
Membro

\_\_\_\_\_  
Belarmino Lins - PP  
Suplente

\_\_\_\_\_  
Deputada Alessandra Campêlo – MDB  
Membro

\_\_\_\_\_  
Felipe Souza - PATRIOTA  
Suplente

\_\_\_\_\_  
Roberto Cidade – PV  
Suplente